

PESQUISA HISTÓRICA NO AMAZONAS: UMA BREVE ANÁLISE

Hélio da Costa Dantas (Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas)

RESUMO

O artigo faz uma revisão da pesquisa histórica desenvolvida no Estado do Amazonas ao longo do século XX, buscando perceber a dinâmica e os diversos momentos da pesquisa histórica no Estado em dois momentos: partindo de uma produção de teor mais ensaístico e chegando até um momento, marcado por uma maior especialização dos seus praticantes, em que a historiografia local passa por um redirecionamento para outras abordagens e explicações para a história do Estado.

Palavras-chave: Historiografia; História do Amazonas; Revisionismo.

INTRODUÇÃO

Sentando-se diante de um computador com acesso à internet, para uma visita ao site do Governo do Estado do Amazonas em busca de informações sobre esta unidade da federação, descobrir-se-á um texto sucinto que afirma que o Amazonas

comporta uma diversidade cultural surpreendente até mesmo para seus próprios habitantes, decorrente, sobretudo, de sua formação étnica, em que o elemento indígena foi aos poucos absorvendo as influências africanas e europeias, particularmente de portugueses e espanhóis, além de outras correntes migratórias¹.

Entre frases de caráter laudatório, típicas de conteúdos de *sites* oficiais, que afirmam que o Estado “possui vida cultural intensa”² e “surpreende pela combinação de modernidade e conservação da natureza”³ as origens históricas do Amazonas são traçadas até as expedições de Francisco de Orellana e Pedro Teixeira nos séculos XVI e XVII, terminando por focalizar a proeminência da capital, Manaus, “a cidade que mais conheceu a riqueza, os encantos e o glamour do primeiro mundo no Brasil”⁴.

Cabe aqui uma interrogação: a história do Amazonas sempre foi vista assim? Afirmações como as que se encontram no site do Governo

¹ Cf. “Cultura”. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/cultura/> Acesso em 20/09/2017.

² Cf. “Turismo”. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/turismo/> Acesso em 20/09/2017.

³ Cf. “Economia”. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/economia/> Acesso em 20/09/2017.

⁴ Cf. “História”. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/historia/> Acesso em 20/09/2017.

do Amazonas, que parecem amplamente difundidas no senso comum, em que momento foram formuladas? Partindo dessas questões, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão da produção historiográfica no Amazonas, buscando perceber a dinâmica e os diversos momentos da pesquisa histórica no Estado.

Se entendermos que há um momento em que a historiografia sobre a região passa por um redirecionamento para outras abordagens temáticas, pode-se então contrapor esse novo momento a uma produção anterior que teria outros interesses. Para tanto, parte-se inicialmente de uma breve análise do desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Pode-se dizer que a renovação metodológica e temática na historiografia brasileira é recente. Até a década de 1950 tínhamos uma vasta produção de cunho não acadêmico que remontava a meados do séc. XIX, caracterizada por grandes ensaios de enfoque sociológico, de interpretação da história e da cultura brasileiras – a busca de compreender um “caráter nacional brasileiro” (FREITAS, 1998, pp. 17-38; LEITE, 1969). Feitos em sua maioria por intelectuais sem formação histórica *stricto sensu*, a partir da década de 1970, ocorre uma maior especialização, com a consolidação e ampliação dos cursos de história no país, principalmente nas universidades do Sudeste. Contudo, ainda se tem nesse período (e até meados dos anos 1980) uma produção que privilegia principalmente estudos de História política tradicional de viés economicista (FONSECA, 1990).

A elaboração de novas questões, de novos campos de investigação, de uma releitura dos documentos e a exploração de novas fontes históricas somente será verificada em finais dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, com a plenificação da abertura política decorrente do fim da ditadura civil-militar e da incorporação na historiografia nacional de debates vindos da Europa que remontavam às décadas de 1960-70, principalmente as de origem francesa, relacionadas à Nova História, e as de inflexão neomarxista vindas da Inglaterra (VAINFAS, 2009).

Na produção historiográfica sobre a Amazônia, os impactos dessas novas abordagens só seriam notados e efetivados muito tempo depois. Na verdade, a historiografia brasileira dedicou pouca atenção ao estudo da Amazônia. Até meados da década de 1970, foi preponderante a expressão da obra do

historiador amazonense Arthur Cézár Ferreira Reis, cujo foco recaía sob o passado colonial da Amazônia e a formação da região, preocupando-se, sobretudo, com a atuação administrativa civilizadora dos portugueses na região. O conjunto de seus estudos, que vinham desde a década de 1930, transpôs os limites regionais e recebeu reconhecimento no círculo intelectual brasileiro, transformando-se em referência para as subsequentes pesquisas sobre a Amazônia (DANTAS, 2014).

A partir da década de 1970, adentrando nos anos 1980, se dá um expressivo desenvolvimento da produção historiográfica sobre a história da região, tanto em obras de caráter mais abrangente quanto em obras mais específicas. Ao mesmo tempo em que autores de “histórias gerais” do Brasil, como Hélio Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Yedda Linhares, Francisco Iglésias e Boris Fausto passam a incluir capítulos sobre a Amazônia em suas obras⁵, publicações sobre temas mais particulares aparecem, como, por exemplo, dois trabalhos publicados no âmbito da Universidade Federal do Pará no início da década: *Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, de Manuel Nunes Dias, *O negro no Pará*, de Vicente Salles⁶.

Somente a partir dos anos 1990 iriam efetivamente ser incorporadas à produção historiográfica sobre a Amazônia as abordagens da “história vista de baixo” e da Nova História. Citando-se o caso específico do Amazonas, através de uma revisão da produção historiográfica no estado, pode-se ilustrar muito bem essa incorporação: o único curso de História existente, o da Universidade do Amazonas, só iria consolidar-se plenamente nos anos 1980; dessa maneira, as pesquisas autóctones sobre a região foram surgir justamente quando alunos saídos das primeiras turmas de graduação foram realizar seus estudos de

⁵ Cf. VIANA, Hélio. História do Brasil. (2 v.). São Paulo: Editora Melhoramentos, 1970. HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I (v. 1 e 2) e tomo II (v.3 a 7), diferentes anos de reedição. FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento do Brasil, 1997. IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil (1500-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

⁶ Cf. SALLES, Vicente. O Negro no Pará. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1988. [1971] DIAS, Manuel Nunes. Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. ALDEN, Daril. O significado da produção de cacau na região Amazônica no fim do período colonial. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974. CARDOSO, Ciro Flamarion. Economia e sociedade em áreas coloniais periférica: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro: Graal, 1984. SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. O livro de Santos teve origem em sua tese de mestrado apresentada no Departamento de Economia da Universidade de São Paulo em 1977. WEINSTEIN, Barbara. A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. Este trabalho de Weinstein foi publicado nos Estados Unidos da América em 1983.

pós-graduação em universidades do sudeste; o contato com essas novas abordagens que estavam em pleno debate nas universidades do Sudeste levou a uma orientação específica de pesquisa (COELHO; QUEIROZ, 2001, pp. 159-190).

Pesquisas essas que tinham um forte caráter revisionista da história da Amazônia, fazendo forte contraponto a uma historiografia tida como tradicional, afiliada ainda aos ditames do IHGB e que privilegiava uma abordagem política, econômica e administrativa da história da região, praticamente ignorando aqueles que seriam a maior parcela da população amazônica, os indígenas, que, quando apareciam, eram sempre retratados por essa historiografia como sujeitos passivos e secundários em uma interpretação que privilegiava as ações de governantes, militares e religiosos (COELHO, 1994, pp. 175-184).

Entretanto deve-se frisar que o primeiro trabalho que encaminhou a sua análise nesse sentido, foi a coletânea de textos publicada em 1984 sob o título de *A Amazônia Colonial: 1616-1798*, organizada por José Ribamar Bessa Freire, à época professor da Universidade do Amazonas. Reunindo textos de alguns dos alunos das primeiras turmas do curso de História da Universidade, que começaram sendo publicados em uma seção do Jornal A Crítica, o pequeno volume explicitava bem a proposta revisionista e crítica, de caráter engajado e combatente, a favor dos silenciados e excluídos da história da Amazônia⁷.

Outro trabalho seminal nesse sentido foi a Dissertação de Mestrado de Edinea Mascarenhas Dias, *Manaus – A Ilusão do fausto (1890-1920)*, defendida em 1988 na PUC/SP. A historiadora paraense radicada em Manaus, ao analisar um tema muito recorrente na historiografia tradicional – o período do auge da economia da borracha – demonstrou como funcionou a política de organização e disposição do espaço físico e seus mecanismos de controle, expropriação e dominação dirigida aos trabalhadores. A população pobre, os desempregados, assim como os trabalhadores em geral, foram segregados às zonas mais distantes do centro da cidade, ressaltando que na elaboração dos projetos que seriam executados para as reformas urbanas, as estratégias estabelecidas foram amplas, compreendendo uma política de separação e isolamento desses segmentos em bairros distantes da área central da cidade (DIAS, 1988).

⁷ FREIRE, José Ribamar Bessa. (org.). *A Amazônia Colonial: 1616-1798*. 6. ed. Manaus: FUA, 1984. Essa publicação teve sucessivas reedições ao longo dos anos, atestando sua pertinência. A esse respeito, cf. *A Amazônia no Período Colonial: 1616-1798* (Manaus: FUA, 1987, 3ª edição), disponível em <http://www.taquiprati.com.br/producao-academica/a-amazonia-no-periodo-colonial-16161798-manaus-fua-1987-3e-edicao>. Acesso em 05 de julho de 2017.

A Ilusão do fausto descortinava um outro lado da cidade de Manaus, saído das sombras da Modernidade: os trabalhadores que foram aos poucos afastados do processo de modernização e urbanização realizado no centro da cidade, empurrados para os arredores onde usufruíam pouco ou quase nada de luz elétrica, redes de esgoto, transportes urbanos e abastecimento de água, entre outros serviços que modificaram o espaço físico, mantendo inalterada a perspectiva política dos administradores locais que não planejaram a distribuição desses recursos para os menos favorecidos.

Desmistificando o discurso presente na historiografia corrente sobre uma Manaus pomposa ocupada pelos donos do poder e insuflada por uma Modernidade que alcançou a cidade somente ao meio, visto que a outra metade foi privada de sua ação, impondo aos setores populares a desocupação dos espaços considerados privilegiados, isto é, destinados à elite local, a historiadora mostrou que os trabalhadores urbanos rebelaram-se e reclamaram os seus direitos de desfrutar deste espaço urbano, como também exigiram a diminuição da carga horária de trabalho e o fim do controle sobre a sua produção, processando-se nessas circunstâncias as contradições, os confrontos e as greves. Explicitamente abraçando a perspectiva teórica de Edward P. Thompson, trouxe ao debate questões até então esquecidas pela historiografia tradicional, tais como as condições de existência da classe trabalhadora urbana e os mecanismos de controle a que foram submetidos todos os desfavorecidos socialmente.

Dentro da mesma temática, Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em minuciosa investigação, tratou das tensões que marcaram a passagem dos estivadores manauaras no decorrer de aproximadamente quatro décadas na dissertação *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*, defendida em 1993 na PUC/SP. Para a autora, embora os trabalhadores, em especial os estivadores em Manaus, tenham vivido entre as práticas de “dominação” e “cooptação”, não aceitaram passivamente as normas de conduta impostas pelos poderes públicos para mantê-los sob controle. Suas trajetórias não poderiam ser caracterizadas como um “rosário de derrotas”, mas como um longo período de lutas e conquistas.

Fazendo uso do conceito thompsoniano de classe⁸, a pesquisa

⁸ O historiador Edward Palmer Thompson, numa postura revisionista, proporia a superação do viés economicista e mecanicista da análise marxista que desconsiderava a realidade empírica. Conservando a análise classista do marxismo, no entanto Thompson, juntamente com outros intelectuais ligados à revista *New Left Review* como Georges Rudé e Raymond Williams, ampliou o conceito de classe social, que era ligado estritamente às formas de produção, para uma análise mais geral dos subalternos, dos homens comuns⁷,

descortinou criteriosamente o lado oculto da classe trabalhadora, não priorizado na historiografia do Amazonas de então: os estivadores entraram em cena como sujeitos ativos, arquitetos de “sua própria história”, no bojo das mudanças ocorridas à época e não como “meros joguetes nas mãos dos setores dominantes” (PINHEIRO, 1996).

Francisca Deusa Sena da Costa, na dissertação *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915)*, defendida também na PUC/SP em 1997, retomou algumas das reflexões feitas por Edineia Dias, especialmente a segregação dos trabalhadores do espaço público, dialogando com Raymond Williams e Edward Thompson. Ao tratar de experiência e cultura operária, contrapôs-se à análise anterior no que diz respeito à circunscrição dos trabalhadores à periferia de Manaus, constatando que a Manaus ideal e a Manaus real existiram concomitantemente.

O trabalhador e outros segmentos populares habitaram o centro e os limites do perímetro urbano. Eles aí se mantiveram em maioria, segregados não do espaço físico, mas da visibilidade pública. A pesquisa preocupou-se com o dinamismo dos atores sociais, revelando que os trabalhadores e outros segmentos sociais populares que se tentou segregar reagiam a tal processo e eram visualizados como transgressores da ordem urbana (COSTA, 1998).

As pesquisas desenvolvidas nessa década não privilegiaram somente o período republicano, onde estaria os primórdios do movimento operário amazonense, mas, justamente por partir do conceito expandido de classe social em Thompson, reavaliaram os períodos colonial e imperial, buscando recuperar as trajetórias dos trabalhadores e subalternos.

É o caso da dissertação *Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*, defendida em 1993, na UFF, por Patrícia Melo Sampaio. Tendo como objeto de estudo a escravidão negra em Manaus (1840-1880), a autora demonstra que, ainda que a mão-de-obra escrava africana fosse relativamente escassa, teve contribuição essencial para a formação das fortunas em Manaus. A pesquisa questionava, assim, uma das visões cristalizadas pela historiografia “tradicional”: a de que a contribuição africana na Amazônia teria sido nula (SAMPAIO, 1993).

Em 1995, duas outras dissertações de pesquisadores saídos que partiria da própria percepção desses indivíduos do processo histórico: seria uma “história vista de baixo”, conforme o título de seu seminal artigo publicado em 1966 (cf. _____. A história vista de baixo. In: As peculiaridades dos ingleses, e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 185-201).

dos quadros da Graduação de História da Universidade do Amazonas viriam à luz. Na USP, Francisco Jorge dos Santos defendia um trabalho pioneiro que se debruçava sobre a temática indígena na Amazônia colonial, focalizando na “resistência” à colonização portuguesa. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798) buscava mostrara contestação por parte de diversos povos indígenas em face da expansão portuguesa na Amazônia, no séc. XVIII, mais especificamente, no período do Diretório Pombalino.

Investigando a legislação pombalina e entendendo as guerras e os levantes indígenas como a materialização da “resistência” indígena à colonização, o autor observa como os Mura, Mundurucu e diversos povos do rio Negro se insurgiram contra a ordem estabelecida, demonstrando, dessa forma, serem agentes de sua história (SANTOS, 1995).

No mesmo ano, na PUC/SP, Hideraldo Lima da Costa apresentava a dissertação Cultura, trabalho e luta social na Amazônia: discurso dos viajantes – século XIX, que buscava investigar, nas entrelinhas dos relatos de viajantes e naturalistas que passaram pela Amazônia no séc. XIX, pistas sobre o mundo do trabalho e seus conflitos e lutas na Amazônia imperial (COSTA, 1995).

Em 1998, Luís Balkar Sá Peixoto defendia na PUC/SP a tese que apresentava uma visão nova sobre a maior revolta amazônica do período imperial, a Cabanagem: *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Buscando recuperar trajetórias e tensões diferenciadas no interior da Cabanagem, o trabalho rompe com tradicionais visões uniformizadoras do movimento cabano, apresentando-o como heterogêneo e multifacetado. Investiga a composição das fileiras rebeldes a partir das listas de prisioneiros, tomadas como base para compreensão das ações insurgentes e propõe uma revisão geral dos significados até então atribuídos à rebelião.

Acompanhado as contradições internas que segmentavam a opunham facções distintas nos grupos dominantes na sociedade do Grão-Pará, questionou o conteúdo nativista e regionalista trazido ao movimento pelas lideranças “brancas” de proprietários e fazendeiros, salientando suas limitações quanto a possibilidade de incorporação das demandas oriundas dos segmentos populares. Analisando autonomamente a multiplicidade da ação popular insurgente, não as enquadrando como manifestações espontâneas, instintivas e inconsequentes, propondo entendê-las como o resultado de deliberações autocons-

cientes, onde tanto o tipo de ação empregada quanto os alvos escolhidos nessa ação, derivavam diretamente das contradições alicerçadas na base das relações de opressão e controle social cotidianamente experimentadas pelos segmentos populares da sociedade amazônica (PINHEIRO, 1998).

CONCLUSÃO

A revisão de toda essa produção sobre a região é salutar, pois mostra justamente como esses historiadores autóctones estavam empenhados numa história engajada, combatente, que mostrava uma clara empatia com “os de baixo”, com os esquecidos, ignorados pela historiografia de cunho continuísta e elitista que vinha sendo produzida sobre a região. Praticamente todas as pesquisas acima citadas fazem uso do instrumental metodológico postulado pela escola inglesa de história sociocultural. E. P. Thompson, E. Hobsbawn, R. Williams e G. Rudé, todos esses historiadores tinham seus estudos evocados e citados nessas pesquisas; seus pressupostos da “história vinda de baixo” que buscava perceber as classes populares não como agentes passivos, mas sim ativos, com consciência de suas atitudes e das atitudes dos que os oprimiam (SHARPE, 1992, pp. 39-62).

É inegável que o sopro de revitalização que as pesquisas dessa geração pioneira trouxeram para a historiografia sobre a Amazônia, que frutificou em uma pesquisa histórica autóctone que caminha com as próprias pernas, se consolidando no estabelecimento, em 2006, do Programa de Pós-Graduação em História na UFAM, cujo quadro de professores é composto em sua maioria por essa geração de pesquisadores. Pesquisas estas que, no atual momento, servem como balizas para novos desdobramentos investigativos e também como balizas metodológicas, seguindo a orientação inicial de uma História Social que busca resgatar os silenciamentos e exclusões de uma história oficial. Reforçando o que já foi dito: o campo de possibilidades de pesquisa sobre a região está aberto; há muito trabalho a fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COELHO, Geraldo Mártires. História e Identidade Cultural da Amazônia, In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Fronteiras da História, Limites do Saber: A Amazônia e seus Intérpretes. In: QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. (Org.). **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)**.

- 1ª ed. Belém; Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001, v., p. 159-190.
- COSTA, Francisca Deusena Sena. **Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana**. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- COSTA, Hideraldo Lima da; ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. **Cultura, trabalho e luta social na Amazônia**: discurso dos viajantes - século XIX. São Paulo, 1995. 204 f. Dissertação (Mestrado) -PUC/SP.
- DANTAS, Hélio. **Arthur Cêzar Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da História**. 1ª. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2014.
- DIAS, Edineia Mascarenhas; FENELON, Déa Ribeiro. **Manaus 1980-1920**: a ilusão do Fausto. São Paulo, 1988. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Católica de São Paulo.
- FONSECA, Selva Guimarães. A Historiografia brasileira pós 70: uma revisão. **Revista Educação e Filosofia**, 5(9):57,1990.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (org.). **A Amazônia Colonial: 1616-1798**. Manaus: FUA, 1984.
- FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro. História de uma ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; MATOS, Maria Izilda Santos de. **Nos subterrâneos da revolta**: trajetórias, lutas e tensões na cabanagem. São Paulo-SP, 1998. 418 f. Tese (Doutorado) - PUC/SP, São Paulo, 1998.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; CRUZ, Heloísa de Faria. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). São Paulo, 1996. 237 f. Dissertação (Mestrado) - PUC/SP, São Paulo, 1996.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, pp.39-62.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; LINHARES, Maria Yedda Leite. **Os fios de Ariadne**: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Niterói - RJ, 1993. 286 f. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ,1993.
- SANTOS, Francisco Jorge dos; MESGRAVIS, Laima. **Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)**. São Paulo, 1995. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) -USP.
- VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009.